

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEPÇÕES, AÇÕES E CONTRADIÇÕES

Raimunda Alves Melo¹
Antonia Dalva França-Carvalho²

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Piauí (UFPI) cujo objeto de estudo foi as contribuições da Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) para a mudança da prática educativa de professores. O recorte apresentado nessa investigação objetiva analisar concepções que fundamentam o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina e suas interfaces com a prática educativa. Realizou-se pesquisa de abordagem qualitativa crítica, procedendo à observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem em contextos reais. Utilizou-se análise documental do PPC e observação simples, como procedimentos de produção de dados. Os resultados apontam que o PPC da LEdoC/UFPI propõe o desenvolvimento de práticas educativas que objetivam a transformação da realidade social no campo, contudo a materialização dessas práticas só será possível mediante a compreensão, a ação e a adesão dos professores e estudantes do curso, quanto à base epistemológica, política e pedagógica que fundamenta os processos educativos.

Palavras-chave: Formação inicial de professores, Educação do Campo, Projeto Político Pedagógico, Prática Educativa.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo contempla discussões acerca do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina, evidenciando as concepções de educação que fundamentam o seu Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC), bem como, as ações formativas desenvolvidas e as contradições entre o planejamento e a prática educativa.

Partimos do pressuposto de que existem aproximações e distanciamentos entre as orientações do PPC da LEdoC/UFPI e a prática educativa desenvolvida, fato que pode

¹ Professora Adjunta I da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenadora de Área da Licenciatura em Educação do Campo no âmbito do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: raimundinhamelo@yahoo.com.br

² Professora Adjunta da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordenadora Institucional do Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: adalvac@uol.com.br

interferir na prática educativa dos professores formados por esse curso. Ao tratar sobre a coerência do planejamento educativo e a sua operacionalização, Gandim (2013, p 16) afirma que, às vezes, “a relação causa-efeito no processo de reprodução é consciente; outras esconde-se ideologicamente todo o processo e os discursos são noutra direção, exatamente para que as pessoas pensem que estão fazendo outra coisa [...]”.

Neste sentido, o fato de dispor de um projeto pedagógico enquanto documento norteador dos processos de formação, é um expressivo passo, mas não é garantia para que a prática educativa norteada seja desenvolvida. Assim, o objetivo geral do estudo é analisar as concepções que fundamentam o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina e suas interfaces com a prática educativa.

Diante dessas considerações introdutórias, questionamos: que concepções de educação, ser humano, desenvolvimento econômico e sociedade fundamentam o PPC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI de Teresina? Que elementos norteadores da Educação do Campo foram contemplados no processo de elaboração do PPC?

Essa investigação é relevante, pois contribui para a produção de conhecimentos científicos e reflexões teóricas sobre processos formativos fundamentados nas concepções de Educação do Campo, possibilitando aos leitores e pesquisadores, a construção de conhecimentos sobre essa política pública, bem como os desafios para a sua implementação.

2 METODOTOLOGIA

Realizamos o estudo através do viés epistemológico da pesquisa qualitativa crítica, uma modalidade que permite a inserção do pesquisador no contexto da investigação, aproximando-o do problema a ser pesquisado, bem como dos interlocutores que vivenciam e compartilham uma dada realidade marcada por diversas experiências profissionais e pessoais, sujeitas a uma relação que se caracteriza pela sua natureza dinâmica, viva, interativa, contraditória.

Um dos aspectos mais relevantes da pesquisa qualitativa, inspirada pela teoria crítica, refere-se à interpretação das informações, sendo necessário que o pesquisador analise criteriosamente o objeto de estudo, observando o contexto histórico e sua relação com a atualidade, as informações explícitas e implícitas de forma a comunicar a compreensão a respeito do resultado (KINCHELOE; MACLAREN, 2006).

No que se refere aos procedimentos de coleta de dados, realizamos análise documental do PPC, definida por Richardson (2012, p. 228) “como a que tem como objeto não os

fenômenos sociais, quando e como se produzem, mas as manifestações que registram estes fenômenos e as ideias elaboradas a partir deles.” A análise consistiu em um estudo rigoroso, realizado em três etapas: na primeira realizamos a seleção e leitura superficial do material. Na segunda fizemos a codificação, categorização e quantificação das informações, mediante leituras atentas e repetidas do documento. Na última etapa realizamos as inferências e interpretações do documento e selecionamos recortes de trechos deste, a fim de ilustrar as análises.

Também realizamos observação simples, compreendida por Gil (2011) como aquela em que o pesquisador observa de maneira espontânea os fatos que ocorrem em torno do objeto de estudo. No entanto, esse tipo de observação exige um mínimo de controle na obtenção dos dados, exigindo do pesquisador não apenas a coleta, mas a análise e a interpretação dos dados, para posterior sistematização, conforme realizamos nesse estudo.

3. LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo é uma política pública que resulta da luta dos movimentos sociais apresentada ao Estado pelo Movimento da Educação do Campo, cuja reivindicação por uma política específica, para dar suporte e garantir a formação de educadores do campo, teve início ainda com a realização da Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, em 1998, e se consolidou como uma das prioridades requeridas por esse mesmo Movimento, ao término da Segunda Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, realizada em 2004.

A partir dessas reivindicações, foi formado um grupo de trabalho (GT), que ficou responsável pela elaboração de uma proposta de formação de educadores do campo. Esse GT trabalhou no período de 2005-2006, e, após a aprovação da referida proposta pelo MEC, houve a implantação dessa política, por meio de uma experiência piloto, desenvolvida, inicialmente, em quatro Instituições de Ensino Superior (IES), indicadas pelos movimentos sociais (UFMG, UnB, UFBA e UFS). Em 2008 e 2009, motivado pelas demandas de formação de educadores do campo e pela pressão dos movimentos sociais, o MEC lançou edital para que novas instituições passassem a ofertar a Licenciatura em Educação do Campo. Nesse cenário, 32 universidades começaram a ofertar o curso, mas sem garantia de continuidade (MOLINA, 2015).

No marco histórico dessas lutas e conquistas pela expansão da educação básica e superior para os povos do campo, comporta registrar a aprovação do Decreto n. 7.352/2010,

que alçou a Educação do Campo como política de Estado, superando a condição de apenas figurar como proposição de programas de governo e políticas pontuais e fragmentadas, sem garantia de continuidade e permanência. Foi após a assinatura desse Decreto que se impôs a exigência de um Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), lançado em 2012, com o objetivo de oferecer apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios. É dentro do eixo 2 desse Programa que se localiza a ação do Estado, responsável por apoiar e fazer acontecer a implantação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, mediante um subprograma intitulado *Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo* (PROCAMPO) (MOLINA, 2015).

Nesse período, em consonância com o Edital 02, de 05 de setembro de 2012, cujo objeto foi a seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior para o PROCAMPO, o Centro de Ciências da Educação do Campus Ministro Petrônio Portela, da Universidade Federal do Piauí (UFPI), apresentou PPC de Licenciatura em Educação do Campo, visando garantir aos alunos o domínio de conteúdos, métodos e abordagens relativas à docência e ao trabalho voltado para o ensino básico, em escolas do campo, buscando, assim, uma educação sintonizada com o seu tempo.

3.1 O Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Educação da UFPI de Teresina

A formação inicial é um processo educativo em que os futuros professores, ao longo de suas trajetórias acadêmicas no ensino superior, cumprem estudos e atividades previstas no currículo do curso e explicitadas em seu projeto político pedagógico. Nesse aspecto, o projeto político pedagógico deve explicitar concepções, ações e intenções políticas e pedagógicas, considerando os interesses sociais, políticos, culturais dos grupos aos quais se destinam os processos educativos. Tal fato demanda clareza e objetividade na concepção de educação, de sociedade, bem como no perfil de ser humano que se deseja formar para atuar na mesma.

Tomando como fundamentos epistemológicos as contribuições de Bicudo (2011, p. 124), conceituamos o PPC como um planejamento, que comporta planos de intenções, vislumbrando ações e objetivos que só se concretizam mediante a atuação do grupo a quem se destina. “Essa atuação ocorre segundo disposição e compreensão das possibilidades anunciadas e do jogo possível de ser jogado com isso que se anuncia, com as forças do contexto em que as ações se efetuam e com a energia dessas mesmas ações”.

Assim, não basta tão-somente dispor de um projeto político pedagógico enquanto documento formal. É necessário que educadores, educandos e gestores conheçam, discutam

continuamente suas proposições e desenvolvam práticas pedagógicas em sintonia com as orientações desse documento, ou seja, que o projeto político pedagógico seja vivenciado como processo orientador das práticas educativas e como reflexão do cotidiano do curso.

Ao discutir o processo de elaboração do projeto político pedagógico da Educação do Campo, Caldart (2005, p. 15-23) afirma que a sua construção deve ser feita a partir do diálogo com as teorias pedagógicas que dão sustentação à mesma: pensamento pedagógico socialista³, Pedagogia do Oprimido e toda a tradição pedagógica da Educação Popular e a Pedagogia do Movimento. Reforça que o processo de construção de um projeto político pedagógico deve se realizar a partir do diálogo em torno de “uma concepção de ser humano, cuja formação é necessária para a própria implementação do projeto de campo e de sociedade que integra o projeto da Educação do Campo” (2005, p. 20).

Seguindo essas considerações, o Centro de Ciências da Educação do Campus Ministro Petrônio Portela, apresentou o Projeto Político Pedagógico para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, cuja análise é o foco da discussão desse trabalho.

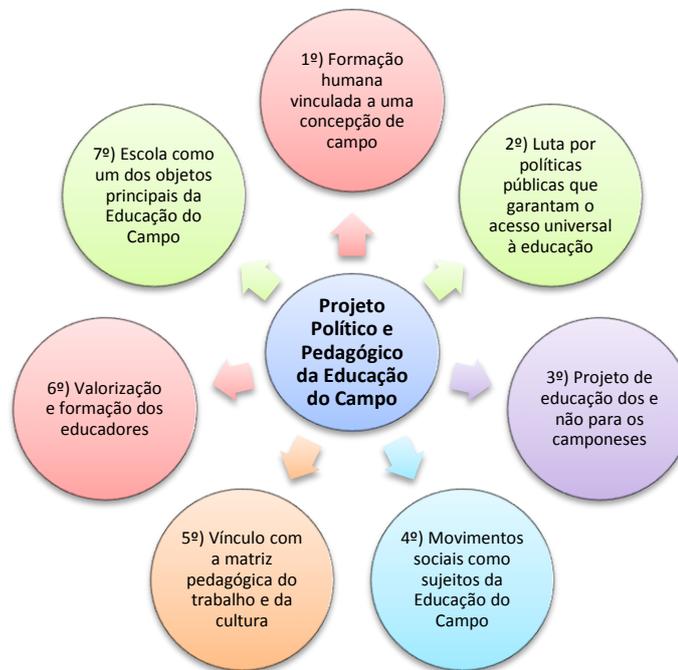
4 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

No processo de análise do PPC da LEdoC/UFPI consideramos duas questões centrais. A primeira é que decidimos iniciar pelos pontos mais amplos – o modelo de sociedade almejado; a visão de educação; a função social da educação superior, as teorias que dão sustentação à prática educativa; a visão sobre as políticas de formação; a organização pedagógica, entre outros aspectos. A segunda é que, por se tratar de uma política específica, delineada a partir da luta dos movimentos sociais do campo, consideramos, na análise, a relação das proposições com alguns princípios da Educação do Campo - relação da escola com a vida; vínculo das escolas com as lutas sociais; acesso ao conhecimento universal contemplando as singularidades existentes na vida dos educandos, entre outros.

Com vistas a fornecer subsídios formativos para a elaboração de projetos políticos pedagógicos na área, Caldart (2005) apresentou na obra “Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo”, sete elementos fundamentais, que segundo ela, devem ser considerados pela comunidade educativa, cuja síntese encontra-se definida na Figura 01:

³As ideias socialistas que vicejaram no movimento operário europeu ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX, propunham a transformação da ordem capitalista burguesa pela via da educação. Entre os principais representantes podemos citar: Kruspskaia, Makarenko, Pistrak, entre outros. Ver o trabalho de LOBO, R.; CIAVATTA, M. Pedagogia socialista. In: CALDART, R. S. et al (Org.). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Expressão Popular. 2012. p. 561-568.

Figura 01: Mapa conceitual – Elementos do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da leitura do livro de Roseli Caldart: Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo (2005).

Esses elementos contribuem para a compreensão do caráter político e pedagógico da Educação do Campo, abrangendo a dimensão do universal dos processos educativos, assim como abarca também as particularidades expressas pelas condições sociais e culturais das populações camponesas. Por esse motivo, esses elementos foram considerados como ponto de partida da análise documental do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI de Teresina, conforme ilustra o Quadro 01.

Quadro 01: Análise dos elementos norteadores do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo

ELEMENTO NORTEADOR	EVIDÊNCIAS TEXTUAIS DO PPC DA LEDOC/UFPI
1) Formação humana vinculada a uma concepção de campo	<p>[...] contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável, uma vez que este curso, firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas [...] (UFPI, 2013, p. 17).</p> <p>Parte-se da concepção de campo como espaço de produção integrado à sociedade piauiense nos seus modos de produzir bens de consumo materiais e culturais. A palavra campo não é utilizada aqui em oposição à ideia de urbano. O termo campo deve ser tomado com sentido peculiar e diverso, não mais como sinônimo de atraso. (UFPI, 2013, p. 19).</p>

<p>2) Luta por políticas públicas que garantam o acesso universal à educação</p>	<p>A ideia dessa política é oferecer a educação básica no meio rural com a qualidade que assegure o direito do aluno ao acesso e permanência na escola. (UFPI, 2013, p. 15).</p> <p>É uma ação estratégica e ímpar, para assegurar a especificidade da formação na diversidade sociocultural, do direito universal dos povos do campo à educação pública de qualidade e socialmente referenciada. (UFPI, 2013, p. 18).</p>
<p>3) Projeto de educação dos e não para os camponeses</p>	<p>O Curso de Licenciatura em Educação no Campo é uma ação estratégica e ímpar, para assegurar a especificidade da formação na diversidade sociocultural, do direito universal dos povos do campo à educação pública de qualidade e socialmente referenciada. (UFPI, 2013, p. 18).</p>
<p>4) Movimentos sociais como sujeitos da Educação do Campo</p>	<p>A viabilização de formação superior específica para participantes dos movimentos camponeses tem como pretensão promover a expansão da oferta da Educação Básica nas comunidades rurais. (UFPI, 2013, p. 6).</p> <p>A proposta do Projeto foi formulada a partir das demandas advindas de atividades com a população pertencente ao campo e com os diversos movimentos sociais. (UFPI, 2013, p. 17).</p>
<p>5) Vínculo com a matriz pedagógica do trabalho e da cultura</p>	<p>Neste projeto, pretende-se que o aluno, no decorrer de suas atividades acadêmicas, desenvolva planos de estudo a serem executados em seu meio familiar e profissional. (UFPI, 2013, p. 16).</p>
<p>6) Valorização e formação dos educadores</p>	<p>Assim, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação no Campo, [...] destina-se à formação de educadores para atuação nas escolas do campo situadas nestes contextos específicos e socioculturalmente diversificados (UFPI, 2013, p. 16).</p> <p>A formação de um sujeito e cidadão, agindo com autonomia e estabelecendo relações entre sujeito, escola, comunidade e propriedade. (UFPI, 2013, p. 21).</p>
<p>7) Escola como um dos objetos principais da Educação do Campo</p>	<p>Diante desta realidade e conscientes de que a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. (UFPI, 2013, p. 15).</p>

Fonte: Elaborado a partir da leitura do PPC da LEdoC/UFPI (2013).

A leitura analítica dos dados do Quadro 01 favorece uma visão de totalidade dos principais valores que lastreiam a concepção da LEdoC de Teresina, sem perder de vista a articulação e a relação de complementaridade entre os mesmos. De acordo com o PPC da LEdoC/UFPI, por meio do processo de formação de professores, a pretensão é “contribuir para o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável, uma vez que este curso está firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas” [...]. (UFPI, 2013, p. 17). Nesse trecho, encontramos evidências sobre o modelo de desenvolvimento econômico proposto pelo curso, objeto dessa análise.

Mediante fundamentação em Soler (2011), compreendemos como desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável aquele caracterizado pela harmonia da vida na terra em equilíbrio, cuja materialização só será possível por meio de uma mudança radical na organização social, na matriz econômica e no modelo de vida

predominantemente adotado pela população, o que de fato implicaria em repensar a relação sociedade e natureza e o afastamento do antropocentrismo, uma vez que este conceito, fortalecido na modernidade, considera que o homem é o centro e o universo deve ser avaliado de acordo com a sua relação com o ser humano, sendo que as demais espécies, bem como tudo mais, existem para servi-lo.

Dessa forma, ao referenciar o desenvolvimento sustentável dentre os princípios que norteiam a formação de professores, o PPC da LEdoC/UFPI é contraditório em relação as concepções da Educação do Campo, visto que o diálogo sobre desenvolvimento sustentável é uma proposição do ambientalismo⁴, que compreende não ser necessária uma mudança profunda na sociedade para que se alcance a sustentabilidade e, por isso, propõem a convivência confortável e vantajosa vislumbrada pelo antropocentrismo (SOLER, 2011).

Ao contrário disso, o modelo de desenvolvimento proposto pela Educação do Campo defende a reforma agrária, a valorização da agricultura camponesa, a agroecologia popular, compreendendo o território como condição basilar para a sobrevivência, uma vez que, trabalhar na terra, socializar e produzir saberes decorrentes da experiência de cultivo, retirando dela o próprio sustento, implica numa relação afetuosa de zelo e preservação. Esses propósitos não são incompatíveis com a estrutura agrária prevalente no Brasil em que a agricultura capitalista combina latifúndio e agronegócio contribuindo para a degradação ambiental e expulsão dos camponeses de suas comunidades (CALDART, 2005).

A teoria e a prática decorrentes dessa concepção de desenvolvimento e crescimento econômico proposta pelo capitalismo promovem alteração, depreciação, degradação e até mesmo o desaparecimento de diversas formas de vida e processos naturais indispensáveis à sobrevivência humana. Soler (2011, p. 29) afirma que se trata de uma visão hegemônica de natureza, “onde a humanidade é dela apartada, colocando a vida humana, ainda que de forma social e economicamente seletiva, de um lado e a vida não humana do outro”.

Ao vincular os objetivos da formação de professores à construção de uma sociedade justa e ecologicamente sustentável, pressupostos referenciados pela Educação do Campo, o PPC da LEdoC/UFPI dialoga com as proposições de Molina e Sá (2011, p. 39) ao afirmar que “a concepção de educação [...] não pode abrir mão da necessária ligação com o contexto no qual se desenvolvem estes processos educativos [...], em função dos diferentes interesses

⁴ O ambientalismo pode ser concebido como um conjunto de movimentos sociais de múltiplas orientações e posicionamentos simbólicos e de apropriação material, que vão desde a aceitação da sociedade industrial capitalista e das características intrínsecas das suas leis de mercado até as iniciativas comportamentais tendo como eixo a discussão da relação sociedade-natureza visando alcançar uma nova base civilizacional (LOUREIRO, 2007).

econômicos e sociais para a utilização deste território”. Nesse sentido, a clareza quanto ao projeto de sociedade é estruturante para a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o campo e para seus sujeitos.

Ao objetivar contribuir para formação de uma sociedade justa, ecológica, sustentável e humana, a LEdoC coloca no bojo das reflexões sobre a formação de professores questões atuais e pertinentes não apenas para as populações camponesas, mas para todos aqueles que desejam e lutam por uma sociedade com justiça social e pautada em valores humanos. Morin (2003) defende que a reforma do pensamento e do ensino são questões fundamentais tanto para a reestruturação das práticas sociais como também das práticas pedagógicas. O sonho de construção de uma sociedade melhor, mais humana, mais fraterna, mais solidária (Terra Pátria) passa, necessariamente, pelo desafio de formar cidadãos com consciência planetária.

Quanto à concepção de educação, o PPC da LEdoC/UFPI orienta que, diante da realidade dilemática em que vivem os povos do campo, “a educação é um dos caminhos para promover a inclusão social [...]”. (UFPI, 2013, p. 15). Nesse aspecto, a educação é vista como parte de um projeto social mais amplo, cujo propósito é oferecer oportunidades de acesso a bens e serviços a todos, considerando o desenvolvimento social economicamente justo e ecologicamente sustentável.

O Movimento da Educação do Campo referencia as obras de Pistrak e Mészáros, entre outros, para fundamentar suas concepções de educação e seu papel enquanto instrumento de transformação da realidade. Para Pistrak (2003, p. 32-33), o principal objetivo da escola é “estudar a realidade atual, penetrá-la e viver nela”, ele acreditava que o estudo do passado iluminava a realidade, fornecendo luzes para a “transformação da vida que deve levar a sua liquidação”. Mészáros (2005) acreditava que o papel da educação deveria ser: [...] tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, como para a automudança consciente dos indivíduos” (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

Conforme observamos, tanto um como o outro idealizam a educação escolar como uma importante ferramenta que deve estar a serviço da transformação social por meio da formação de cidadãos capazes de participar ativamente do processo de construção de uma sociedade justa. A propósito, ao contemplar uma visão de ser humano como sujeito e cidadão, que age com autonomia, estabelecendo relações entre sujeito, escola e comunidade, o PPC da LEdoC/UFPI é coerente com as concepções de educação que defende.

É importante destacar que esses valores se entrelaçam com “as expectativas da sociedade, tanto com aquelas diretamente relacionadas ao seu momento presente quanto ao

futuro projetado” (BICUDO, 2011, p. 124). Conforme observamos, as concepções de sociedade e educação propostas pelo Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo também dialogam com o pensamento de Freire (2014), segundo o qual a educação é uma forma de intervenção na vida coletiva, no sentido de transformação da realidade de modo a tornar a sociedade livre, humana, justa e democrática.

Quanto à visão das políticas de formação e a função social da educação superior, consideramos que existe incoerência no segundo aspecto, em relação às concepções anteriores. De acordo com o PPC da LEdoC/UFPI, este curso “destina-se à formação de educadores para atuação nas escolas do campo, contribuindo para o direito universal dos povos do campo à educação pública de qualidade e socialmente referenciada”. Este propósito está em consonância com as indicações do Edital 02, de 05 de Setembro de 2012. No entanto, ao definir que o objetivo da educação superior é “oferecer ao profissional opções de conhecimento que lhe possibilite a inserção no mercado de trabalho”, percebemos um esvaziamento dessa proposição em relação às pretensões do Movimento da Educação do Campo, que defende a educação superior como espaço de formação humana, que deve objetivar uma formação crítica de modo que os sujeitos tenham condições de entender as contradições do modelo de desenvolvimento que está posto e a capacidade para propor e executar projetos de desenvolvimento alternativos. Não se trata pois, de desconsiderar a preparação para o mundo do trabalho como objetivo do ensino superior, porém, o que não se concebe é que a formação de professores se limite, apenas, a esse aspecto.

A análise comparativa dos fragmentos do PPC da LEdoC/UFPI com os eixos norteadores do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo propostos por Caldart (2005) possibilitou-nos observar que esses elementos, descritos na Figura 01, foram contemplados. Estão presentes definições claras sobre uma concepção de campo, explicita as necessidades de criação do curso, enfatizando o papel da luta por políticas públicas que garantam o acesso universal à educação; destaca o papel dos movimentos sociais como sujeitos da Educação do Campo. Contudo, percebemos a ausência de definições mais específicas e objetivas sobre o papel do professor que se pretende formar, pois, consideramos que o processo de formação docente implica a necessidade de posicionamentos claros e bem definidos a respeito dessa questão. Também não observamos ênfase na questão da luta dos educadores e dos movimentos sociais por transformações radicais da sociedade, conforme propõe o Movimento da Educação do Campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental do projeto político pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPI de Teresina, bem como as sessões de observação simples possibilitaram a percepção de que este documento ocupa lugar de destaque na formação dos educadores por ser balizador do fazer educacional. E, por consequência, expressar a prática educativa da instituição, oferecendo direção à gestão e às atividades formativas, pela explicitação de seu marco referencial, da educação que se deseja promover, do tipo de professor que se pretende formar.

Em se tratando da análise das concepções que fundamentam o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade Federal do Piauí, Campus de Teresina e suas interfaces com a prática educativa constatamos que as ações formativas do referido curso possuem potencial para que os professores se engajem político e socialmente por meio de uma prática educativa transformadora. A matriz curricular respeita, ainda que com algumas contradições, os princípios da Educação do Campo, bem como prioriza a base filosófico-pedagógicas que dialoga, a priori, com as proposições da teoria crítica, com a perspectiva de reconstrução social.

É importante ressaltar que a formação de professores intencionalmente delineada a partir de uma concepção humana e politizada de educação tem mais força quando seu currículo e a prática dos professores do ensino superior dialogam em torno dessa proposta e compartilham de seus objetivos. Ademais, é relevante que, no âmbito escolar, a mesma seja articulada com outras políticas educacionais, como condições de trabalho, currículo escolar, de modo que os docentes, atuando como profissionais politicamente engajados com a Educação do Campo, tenham condições de exercer uma prática educativa transformadora.

Em síntese, os resultados apontam que o PPC da LEdoC/UFPI propõe o desenvolvimento de práticas educativas que objetivam a transformação da realidade social no campo, contudo a materialização dessas práticas só será possível mediante a compreensão, a ação e a adesão dos professores e estudantes do curso, quanto à base epistemológica, política e pedagógica que fundamenta os processos educativos.

REFERÊNCIAS

BICUDO, M. A. V. Análise qualitativo-fenomenológica de projeto pedagógico. In: BICUDO, M. A. V. **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 121-149.

- CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; AZEVEDO, de J. S. M. S. (Org.). **Educação para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 5. ed. Brasília: UnB, 2005. p. 13-52.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- GANDIM, D. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 2013
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2011.
- KINCHELOE, J. L.; MCLAREN, P. **Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa**. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 281-314.
- LOBO, R.; CIAVATTA, M. Pedagogia socialista. In: CALDART, R et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. 1 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV; Expressão Popular, 2012, v. 1. p. 561-569.
- LOUREIRO, C. F. B. (Org.). **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 55, jan./mar. 2015. p. 145-166.
- _____.; SÁ, L. M. A Licenciatura em educação do campo da Universidade de Brasília: estratégias político-pedagógicas na formação de educadores do campo. In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Org.). **Registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG, UnB, UFBA e UFS)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 35-62.
- MORIN, J. M. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2003.
- PISTRAK, E. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.
- SOLER, A. C. P. **Antropocentrismo e crise ecológica: Direito Ambiental e Educação Ambiental como meios de re/produção ou separação**. Dissertação de Mestrado, 2011. Universidade Federal de Rio Grande. Mestrado em Educação Ambiental, 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Proposta Pedagógica do Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza**, 2013. Teresina, 2013, 86 p.